



Ata da 3ª Reunião Geral do Fórum de Diálogo Desmatamento em 2021 – 21 de outubro

Participantes: Alessandra Fajardo (Bayer), Aline Aguiar (Rabobank), Ana Carolina C Duque (Pinheiro Neto Advogados), Andréia Pinto (Imazon), Ane Alencar (IPAM), Anna Fanzeres (FAO), Arnaldo Carneiro (SINAPSIS), Carlos Barros, Clarissa Gandour (CPI PUC-Rio), Cláudio de Almeida (INPE), Cristina Carvalho (European External Action Service - EEAS), Daniela Achite (Ourofino), Daniela Gonçalves (CHS), Edenise Garcia (TNC), Eduarda Lee (CNA), Eduardo Roxo (Atina), Elaine da Silva, Fabiana Reguero (Amaggi), Fernando Antônio Leite (Roda de Ideias), Fernando Lima (Instituto Abraço), Fernando Passos (UFPR), Fernando Sampaio (PCI), Gilberto Camara (INPE), Guilherme Souza Dias (CNA), Ingrid C Caron Graziano (Cargill), Jeanicolau Lacerda (Precious Woods), José Augusto Venda (Partido Verde), José Ciocca (World Animal Protection), José Geraldo Magalhães (CREADS), Joyce Brandão (ETHZ), Juliana Lopes (Amaggi), Juliana de Carvalho (Diálogo Brasil), Julio Tymus (TNC), Katuscia Moreira (NWF), Lícia Azevedo (TNC), Livia Rocha (Agrotools), Lucas Carvalho (UFRJ), Lycia Brasil (Instituto Igarapé), Marcelo Vieira (SRB), Márcio Nappo (JBS), Marco Antônio de Resende Ferreira (CNRPPN - ARPEMG), Marie Tarrisse (Carrefour), Mayara Campos (UFPA), Michele Cotta (COPPE-UFRJ), Pâmela Carbonari (Bem Comunicar), Paulo Faveret (BNDES), Paulo Moutinho (IPAM), Raquel Carvalho (ICV), Sérgio Henrique de Moura Nogueira (Lapig-UFG), Sonaira Silva (UFAC), Tiago Reis (Trase), Tulio Dias Brito (Agropalma), Tatiane Silingovschi (Società), Victor Lins (Terras App Solutions); Joice Oliveira, Laura Lamônica, Maiara Beckrich, Renato Grandelle (Coalizão)

Atualizações das Forças-Tarefa do Fórum Desmatamento

FT Dados de Desmatamento

- Finalizado o [mapeamento](#) acerca do uso de dados de desmatamento pelo setor privado no Brasil, com resultados apresentados na última rodada de reuniões dos Fóruns, a FT se debruçou na divulgação e interpretação dos resultados.
- A partir das lacunas identificadas, desenhamos duas frentes de trabalho para alavancar o uso desses dados: comunicação/capacitação e demanda por transparência. Na frente de comunicação, queremos contribuir para aumentar o conhecimento sobre a possibilidade de usos desses dados. Na segunda frente, visamos apoiar esforços voltados a tornar os dados sobre uso da terra mais transparentes.
- Neste sentido, abrimos dois canais de conversa – Serviço Florestal Brasileiro (SFB), olhando mais para a questão do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e diálogo com a iniciativa Plenamata, um hub de informação sobre desmatamento e conservação da floresta amazônica, que também tem demanda de comunicação e transparência.
- Comunicado sobre a saída de Paula Bernasconi, do Instituto Centro de Vida (ICV), da coliderança da FT e agradecimento por sua atuação nos últimos dois anos.



FT Rastreabilidade da Carne

- Desde sua criação em 2020, a FT tem buscado trazer mais inteligência para a rastreabilidade da carne e contribuir para superação dos desafios que se apresentam.
- Realizamos um [estudo sobre o estado da arte da rastreabilidade da carne](#) e abrimos um canal de comunicação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na tentativa de facilitar o acesso às informações sobre rastreabilidade da cadeia.
- Por conta da centralidade do tema do combate ao desmatamento, toda a indústria alimentícia tem o desafio de rastrear os elos da cadeia, mas também devemos pensar num guarda-chuva mais amplo que é a agenda de descarbonização dos negócios.
- A cadeia da pecuária é especialmente complexa, dada sua segmentação em vários elos de produção. O Brasil teria potencialmente uma base de dados, a Guia de Trânsito Animal, mas ela não é pública e não há um banco centralizando os dados estaduais.
- Para avançarmos no tema, é fundamental a implementação do Código Florestal. Para isso, é importante a automação de análise dos CAR, dado que temos quase 6 milhões de propriedades no país.
- Atualmente temos diversas soluções para rastreabilidade. Algumas públicas, como o Selo Verde, do governo do Pará, outras privadas e da sociedade civil organizada. É preciso uniformizar as regras de análise para que as plataformas colaborem entre si ou usem a mesma metodologia para analisar a conformidade ambiental das fazendas.

FT Florestas Públicas Não Destinadas

- Hoje 50% do desmatamento ilegal da Amazônia ocorre em terras públicas e cerca de 60% do desmatamento em terras públicas acontece em terras públicas não destinadas, uma porcentagem maior do que em terras indígenas e em unidades de conservação.
- O destino de 75% deste desmatamento em terras públicas é o pasto que, muitas vezes, não é para produção de gado, mas um “boi zelador”. Grande parte destas terras é posteriormente abandonada, o que torna a floresta secundária, altamente inflamável.
- Temos trabalhado para destrinchar o processo do avanço de grilagem e, neste sentido, em 2020 lançamos as [Ações para queda rápida do desmatamento](#) e elaboramos minuta de decreto sobre cancelamento/suspensão do CAR em áreas de florestas públicas.
- Em 2021, refinamos os dados e trabalhamos em medidas para suspensão do CAR:
 - A Coalizão trabalhou com o governo do Maranhão em um projeto-piloto a fim de encontrar os mecanismos para cancelar o CAR em terras públicas;
 - Elaboramos, junto ao Ministério Público Federal, o conceito jurídico de ação de indenização sobre pegada de carbono de grileiro;
 - Temos dialogado junto aos estados da Amazônia, com o Conselho Nacional de Justiça e o setor financeiro, incluindo fundos de pensão internacionais que vêm investindo em produção em áreas de terra pública.
- Também realizamos alinhamentos estratégicos com a FT Concessões Florestais. Como próximos passos acompanharemos o andamento da minuta de decreto e elaboraremos *policy brief* sobre a dinâmica da grilagem em florestas públicas não destinadas especialmente para 2022.



Debate: A importância do combate ao desmatamento para ambição climática

Moderadora – Fabiana Reguero – Gerente Socioambiental da Amaggi e Líder do Fórum Desmatamento

- O tema do debate tem tudo a ver com chegada da COP e a oportunidade do Brasil ser protagonista na questão climática, que passa pelo combate ao desmatamento ilegal. Para atacar esta questão, precisamos da união dos diversos atores desta agenda e do uso de tecnologia que nos ajudem a efetivar mudanças. Temos visto o aumento de compromissos e ações concretas por parte do setor financeiro, o que é importante já que o mercado financeiro como um todo “puxa” o tema.
- A partir deste cenário, gostaria de fazer algumas perguntas para nossos convidados:
 - Tendo em vista os dados históricos de desmatamento não só da Amazônia, mas também de outros biomas, quais as nossas prioridades para o combate ao desmatamento? Qual a relação desses dados com o debate que o Brasil vai enfrentar na COP26?
 - Sobre o PCI, explicar a iniciativa e falar do papel dos governos subnacionais no combate ao desmatamento. Quais as estratégias de combate a queimadas e outros tipos de degradação do estado do MT?
 - E a questão do setor privado e financeiro? Como está vendo as tendências ESG, o que há de ações em relação a florestas?
 - Degradação florestal é uma das temáticas desafiadoras para a ambição climática e cumprimentos das metas brasileiras. Como o INPE monitora isso? Há lacunas para monitorar esses dados? Esse tema está incorporado nos compromissos atuais do Brasil no Acordo de Paris?
 - Em relação ao setor financeiro, quais as expectativas para a COP? Como acelerar os compromissos do setor financeiro na agenda do clima?

Claudio Almeida – Coordenador de Monitoramento da Amazônia e demais biomas do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

- O INPE tem longo legado de observação da Amazônia e do Cerrado, de periodicidade anual e diária. Contamos com financiamento federal que só contempla a Amazônia e vem sofrendo cortes ao longo dos anos. Atualmente, o que recebemos corresponde a 30% do que recebíamos em 2012, por isso não é possível cobrir outros biomas.
- No Cerrado, com verba do Banco Mundial, conseguimos implementar sistema de monitoramento: no início dos anos 2000 até 2008, o desmatamento era muito alto – cerca de 30 mil km² por ano – depois tivemos baixa para algo em torno de 12 mil km²; e entre 2014 e 2020, cerca de 6 a 7 mil km² suprimidos anualmente, ainda é alto, mas está dentro da nossa meta, que é pouco ambiciosa.
- No total, atualmente, já temos mais de 1 milhão de km² suprimidos no Cerrado, que é mais da metade do bioma. Só em 2020 foram 7.340 km² suprimidos. Com essa velocidade, a pressão no Cerrado hoje é maior do que na Amazônia.



- Na Amazônia brasileira, estamos com mais de 810 mil km² que já foram suprimidos, o que representa um pouco mais de 20% da floresta amazônica já desmatados.
- Nos últimos três anos, tivemos altas sucessivas de desmatamento. E olhando para os dados anuais, 2021 já tem o dobro de áreas desmatadas do que 2020.
- Os dois biomas são essenciais para o país. Sabemos que a chuva vem da Amazônia e já temos efeito de diminuição de período de chuva e aumento de seca na região Centro-Sul do bioma por conta do desmatamento. Também registramos muitos danos à imagem do país – está sendo muito difícil captar recursos para projetos. Os recursos voltados a Cerrado se encerram no final do ano e não temos recursos em vista.
- Vale destacar também a concentração do desmatamento em regiões específicas: na Amazônia, na região sul do estado do Amazonas e norte de Rondônia; no Cerrado, mais diluído, mas os 10 municípios com maior índice de desmatamento ficam na Bahia.
- Desde 2015 temos dados diários de desmatamento porque investimos em radares. Desenvolvemos metodologia e desde maio deste ano enviamos os dados para todos os órgãos de fiscalização. Continuar investindo em tecnologia é fundamental.
- O setor público pode contribuir mais. Temos dificuldade imensa com recursos e venho discutindo com o BNDES como atrair mais financiamento privado para manter a sustentabilidade dos sistemas de monitoramento público.
- Degradação florestal é um tema que passou a ser olhado separadamente no portal Terra Brasilis (Inpe), mas ainda não está no centro das discussões. Se fizer somatório diário, há mais de 118 mil km² mapeados como degradação, mas a área degradada emite CO₂ e isso não está sendo contabilizado. Quando começar a contabilizar, vamos dar um salto ainda maior na nossa pegada de carbono.

Ane Alencar – Diretora de Ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)

- Algo que vimos que tem dado certo é ter transparência no monitoramento que os governos usam para guiar suas ações de comando e controle. Temos que nos unir como sociedade para defender o Inpe e ele poder continuar o monitoramento também no Cerrado.
- Se tem algo de efeito que o Brasil pode levar para a COP é mostrar como vai acabar com o desmatamento ilegal. As emissões advindas de mudança no uso da terra representam 44% das nossas emissões de GEE e mais de 85% disso se refere ao desmatamento na Amazônia. Quando olhamos para a matriz do desmatamento na Amazônia, mais da metade é em terras públicas, sendo a maioria em terras públicas não destinadas.
- Temos pontos importantes para pensar a NDC do Brasil tais como a mudança da linha de base para determinar a ambição de redução. No Brasil, 99% do desmatamento da Amazônia é ilegal. Uma meta que fale de combate ao desmatamento ilegal é complexa porque sempre pode haver uma mudança no Código Florestal que leve este ilegal a se tornar legal. Precisamos colocar metas específicas – por que não desmatamento zero em terras públicas até 2025? Se conseguirmos isso, reduziríamos o desmatamento pela metade e chegaríamos ao patamar de 2012, o menor desde o início do monitoramento.
- Degradação florestal é um tema esquecido, o país não está olhando para isso, ainda que seja muito importante, porque pode piorar a posição do Brasil nas emissões de GEE. A



borda das florestas em áreas desmatadas é considerada degradada. As áreas que já sofreram incêndio estão em processo de degradação. E as áreas onde houve retirada de árvores também, assim como secas extremas. Esses são os principais fatores-causa de degradação.

- O impacto da degradação florestal nas emissões está mascarado. Para inventário de carbono, todas as áreas protegidas são consideradas como áreas manejadas, isso significa que automaticamente estão absorvendo carbono. Mas a realidade é diferente – são áreas que não estão removendo carbono, porque estão degradadas e, por isso, estão emitindo.
- Estamos refinando esse cálculo no IPAM, contabilizando não apenas a emissão imediata da remoção, mas também a tardia, pela mortalidade das árvores nos próximos anos. Assim, escondemos de 15% a 80% das emissões de desmatamento.

Fernando Sampaio – Diretor Executivo na Estratégia Produzir, Conservar, Incluir (PCI)

- A PCI foi lançada na COP de Paris como compromisso do estado de Mato Grosso. É uma estratégia de sustentabilidade jurisdicional com foco em unir governo, setor privado, sociedade civil e produtores para que definam uma ideia de futuro para o território.
- A ideia principal da PCI é de ser possível produzir mais: na pecuária por intensificação e na agricultura nas áreas já abertas. O MT tem 14 milhões de hectares de pastagem com alta aptidão para agricultura. A demanda futura de soja dos próximos 10 anos para o Brasil cabe dentro do Mato Grosso. Ao mesmo tempo buscamos: manter 60% do estado com vegetação nativa; implementar o Código Florestal; reduzir o desmatamento como um todo e ampliar o acesso a crédito e assistência técnica para a agricultura familiar.
- Em 2013, foi criada política para transformar ações de desmatamento em investimento (uma política de REDD). Quando a PCI foi lançada, recebemos um apoio de um programa de REDD financiado pela Alemanha e cofinanciado pelo Reino Unido. Esses investimentos apoiam projetos de campo, povos indígenas e agricultura familiar, mas uma parte deles foi destinada a melhorar o controle do desmatamento no estado.
- Com esse investimento, a Secretaria de Meio Ambiente conseguiu contratar um serviço de detecção rápida de desmatamento. Com os dados do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) era uma vez por ano, mas agora temos alertas a cada 24 horas, o que possibilita perceber o desmatamento no início. Com o cruzamento dos dados com o CAR e outros bancos de dados, é possível identificar o responsável pelo desmatamento. No caso do MT, a maior parte do desmatamento está em terras privadas.
- Se comparar 2020-2021 com 2019-2020, o MT tem conseguido reduzir o desmatamento combinando alerta rápido e fiscalização. Também investimos em remoção do maquinário dos desmatadores, para descapitalizá-los.
- No setor privado, a PCI tem projetos financiados por outras instituições, para recuperação de áreas. Também tentamos engajar o setor privado a alinhar seus compromissos a nossas metas, porque isso ajuda o estado.
- O MT fez, recentemente, um estudo chamado Trajetórias da Descarbonização, em que estabelece 12 trajetórias capazes de fazer o estado chegar à neutralidade de carbono.



Levantamos que o desmatamento corresponde a mais de um quarto das emissões. Nesse sentido, na COP, o estado vai anunciar o compromisso de atingir a neutralidade de carbono e tentar atrair investimentos.

- Sobre degradação, revisamos as metas de emissão de carbono e incluiremos essa questão. Temos meta de redução de 30% de focos de calor e trabalho sendo feito na prevenção de incêndios. Sobre extração de madeira legal, vamos calcular o quanto está causando de degradação. Faz parte do plano de tolerância zero com a ilegalidade.
- O estado também tem investido em projetos de cooperação internacional, mas parte esse recurso também virá de linhas verdes de atores privados. Queremos engajar mais parceiros na COP que possam ajudar nessa transformação.

Aline Aguiar – CSR Team Leader do Rabobank

- O Rabobank é o maior banco de agro do mundo. Atualmente, nenhuma conversa com os produtores acontece sem o tema ESG. Queremos saber o que clientes, produtores, indústrias e *tradings* farão em relação a sustentabilidade. Não fazer nada não é opção.
- O Banco Central publicou resolução que exige que os bancos tenham, além da política de risco social ambiental, também uma de riscos climáticos. Então não há como não discutir a pauta.
- Há um ano e meio, o Rabobank anunciou que não financia mais desmatamento ilegal em nenhum bioma. É uma decisão difícil para um banco tomar. Setor financeiro tem que se posicionar, mesmo que muitas medidas sejam impopulares junto a alguns produtores.
- Em relação à COP, somos bastante atuantes. Parceria forte com a Febraban (Federal Brasileira de Bancos) para isso. O foco principal é mudança climática. Recentemente 83 bancos globais assinaram o Net Zero Bank Alliance para reduzir as emissões até 2050, incluindo o portfólio financiado. Temos que zerar as emissões dos nossos clientes. Mas gostaria de ver mais bancos brasileiros no mesmo compromisso, assim teríamos ações de base.
- Participamos de grupos de discussão de como implementar o Código Florestal e de como financiar ações relacionadas à mitigação das mudanças climáticas. Os bancos estão ficando mais criteriosos em relação a o quê e como financiar.